AUDIÊNCIA PÚBLICA É ADIADA PARA MARÇO

A audiência pública sobre a nova Lei do Silêncio, que acontecerá nesta quarta-feira (20), às 19h, na Câmara de Jundiaí, foi adiada para o dia 20 de março, no mesmo horário. O adiamento se deu pelas condições de saúde do vereador Paulo Sérgio (PPS), autor da proposta, que teve de passar por um procedimento cirúrgico e não está recuperado para sediar o debate. O vereador também se ausentou da sessão ordinária desta terça (19).

VEREADOR TRATA DE VIADUTOS COM GESTOR

O vereador Douglas Medeiros (PP) prestou contas de uma reunião que teve com o diretor de Obras da prefeitura, Ademir Pedro Victor, sobre os viadutos da av. 9 de Julho e Ponte São João. “Um vídeo com vazamento de água devido às chuvas está circulando nas redes e fui conversar com ele”, explicou. “Ele me garantiu que não há risco de desabamento e que a reforma do viaduto da Ponte São João está prevista”.

Tribuna Livre tem troca de farpas

Duas falas ocorridas na Tribuna Livre geraram incômodo entre os vereadores e marcaram a sessão ordinária desta terça-feira (19) na Câmara de Jundiaí. O primeiro a tomar o púlpito foi Josinaldo Francisco Lira, o Irmão da Lojinha, que é vereador suplente do MDB na Casa de Leis. Ele fez duras críticas às condições das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), dos campos de futebol na cidade e do transporte público. “A cidade está abandonada”, disse.

O parlamentar-suplente chegou a insinuar que a má qualidade na prestação de serviços seria causada pela quantidade de terceirizados e comissionados na Prefeitura de Jundiaí e que o prefeito teria influenciado a escolha do presidente da Câmara. “O Luiz vem aqui e fala o que quer. Como fiscalizar?”, questionou.

Logo após sua fala, os vereadores se pronunciaram contra

as acusações. “Se eu falei que o presidente era escolha do prefeito, peço que seja investigado”, afirmou Romildo Antônio (PR). Na última sessão de 2018, quando foi o único parlamentar a lançar candidatura além de Faouaz Taha (PSDB), Romildo declarou a um portal de notícias que o Poder Executivo havia influenciado a decisão.

O segundo secretário, Rogério Silva, também se pronunciou. “Eu era candidato à presidência e desisti, mas garanto que nenhum prefeito veio pedir que eu votasse no Faouaz. Gostaria que provas fossem apresentadas”, disse.

Valdeci Vilar (PTB) lembrou de outras ocasiões em que Irmão da Lojinha fez acusações. “Ele trouxe uma acusação séria contra a minha pessoa, fui ao Ministério Público provar minha inocência. Temos que consultar o jurídico da Casa para saber como tomar providên-

cias, ele tem que responder pelo que fala”, disse.

Felipe Pinheiro, membro do PDT Diversidade e autodeclarado pré-candidato à vereança em 2020 também falou na Tribuna sobre um abaixo-assinado feito em parceria com outras entidades pedindo a abertura de uma Comissão Parlamentar de Investigação (CPI) para averiguar um monopólio entre as empresas do transporte público em Jundiaí.

“A Câmara alegou que não há monopólio pois as empresas operam em três CNPJs diferentes, o que demonstra desconhecimento sobre a definição de monopólio. Por que os funcionários de uma empresa tem que prestar contas aos fiscais da outra? Por que usam uniformes com o logotipo das três empresas?”, questionou.

Rafael Antonucci (PSDB), presidente da Comissão Parlamentar de Infraestrutura e Mo-

bilidade Urbana, afirmou que apresentou requerimento sobre o assunto na sessão anterior e que a resposta do mesmo seria divulgada nesta quarta (20) no site da Casa. “A comissão está acompanhando o caso, mas nenhuma mudança sobre a compra ou a venda dessas empresas tramitou na prefeitura”, disse. O parlamentar ainda insinuou que o representante estivesse fazendo campanha antecipada.

ORDEM DO DIA

O PL 12.727, que unifica a legislação existente sobre obrigatoriedade de disponibilizar cadeiras de rodas em estabelecimentos, foi adiado para a sessão de 23 de abril. O motivo do adiamento é conversar com comerciantes que não gostaram da proposta, alegando que dificultaria o exercício de suas atividades. Cristiano Lopes (PSD) os defendeu. “Para o pequeno comerciante, inviabiliza”, disse.